

# **Eficiência Probatória e a Atual Jurisprudência do CARF**

**2020**

Coordenação  
**Gisele Barra Bossa**

Organização Executiva  
**Semíramis de Oliveira Duro**  
**Tatiana Josefovicz Belisário**

## EFICIÊNCIA PROBATÓRIA E A ATUAL JURISPRUDÊNCIA DO CARF

© ALMEDINA, 2020

COORDENAÇÃO: Gisele Barra Bossa

ORGANIZAÇÃO EXECUTIVA: Semíramis de Oliveira Duro, Tatiana Josefovitz Belisário

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556270715

123 5078

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Eficiência probatória e a atual jurisprudência  
do CARF / coordenação Gisele Barra Bossa;  
organização executiva Semíramis de Oliveira Duro,  
Tatiana Josefovitz Belisário. – São Paulo:  
Almedina, 2020.  
Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5627-071-5

1. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
2. Direito tributário 3. Jurisprudência I. Bossa,  
Gisele Barra. II. Duro, Semíramis de Oliveira.
- III. Belisário, Tatiana Josefovitz.

20-40209

CDU-34:336.2

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais: Direito tributário 34:336.2  
Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Setembro, 2020

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj. 131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

Sobre a Coordenadora	5
Sobre os Autores	7
Nota da Coordenação	15
Nota da Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)	19
Nota da Presidente da 1ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)	21
Nota da Presidência da 3ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)	25
Provas e o Processo Administrativo Fiscal <i>Maria Rita Ferragut</i>	33

## PARTE I

1. A prova na demonstração do propósito negocial <i>Luiz Tadeu Matosinho Machado</i>	55
---	----

2. Glosas de ágio e a construção da prova: passado, presente e futuro-análise da eficiência probatória a partir dos precedentes do CARF sobre o ágio  
*Alexandre Evaristo Pinto / Caio Cesar Nader Quintella* 75
3. Alienação de ativos recebidos em devolução de capital a valor contábil: aspectos probatórios  
*Livia De Carli Germano* 101
4. Exigência de IRPJ e CSLL sobre debêntures e a valoração da prova na jurisprudência no CARF  
*Luis Fabiano Alves Penteado* 131
5. Prova na presunção de omissão de receitas: depósitos de origem não comprovada e suprimento de caixa  
*José Eduardo Dornelas Souza* 149
6. O ônus probatório do fisco e do contribuinte nas autuações de IRRF sobre pagamento sem causa ou a beneficiário não identificado  
*Leonardo Luis Pagano Gonçalves* 165
7. A imputação de multa qualificada: dos aspectos técnicos à construção e valoração da prova no âmbito do CARF  
*Gisele Barra Bossa* 185
8. Responsabilidade tributária, solidariedade e interesse comum qualificado por dolo, fraude ou simulação  
*Efigênio de Freitas Júnior* 221
9. Glosa de despesas e os desafios probatórios  
*Luis Henrique Marotti Toselli* 251
10. Rateio de despesas. Ônus da prova. Análise crítica de alguns julgados proferidos pelo CARF  
*Flávio Machado Vilhena Dias* 277

11. Swap e Hedge: desafios probatórios para fins de dedução de perdas  
*Neudson Cavalcante Albuquerque* 299
12. O benefício fiscal da depreciação acelerada e a análise da postergação do imposto: aspecto técnico-probatórios  
*Edeli Pereira Bessa* 317
13. As provas na dedutibilidade das provisões contábeis constituídas e a atual jurisprudência do CARF  
*Amélia Wakako Morishita Yamamoto* 337
14. Despesas com licença e comercialização de software e a dedutibilidade do IRPJ: aspectos técnico-probatórios  
*Gustavo Guimarães da Fonseca* 355
15. A prova na presunção de passivo fictício ou de exigibilidade não comprovada: requisitos para autuação e eficácia das defesas  
*Fernando Brasil de Oliveira Pinto* 375
16. A prova nos debates sobre os métodos de cálculo dos preços de transferência  
*Ricardo Marozzi Gregorio* 395
17. Tributação de lucros de controladas no exterior e a compensação de prejuízos: desafios probatórios  
*Paulo Henrique Silva Figueiredo* 417
18. Declaração de compensação: da análise dos pedidos aos desafios probatórios  
*Paulo Cezar Fernandes de Aguiar / Roberto Silva Junior* 435

## PARTE II

1. Cessão do uso da imagem do atleta profissional às entidades desportivas: contencioso fiscal no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e aspectos probatórios  
*Ronnie Soares Anderson* 461

2. Pejotização e valoração da prova no âmbito do CARF <i>Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri</i>	479
3. Salário indireto e a valoração das provas no âmbito do CARF <i>Ana Paula Fernandes</i>	499
4. Acréscimo patrimonial a descoberto: desafios probatórios <i>Rayd Ferreira</i>	523
5. Omissão de rendimentos: depósitos não identificados <i>Cleber Alex Friess</i>	541
6. Tributação pelo IRPF das quantias recebidas em escrow account: aspectos probatórios <i>João Victor Ribeiro Aldinucci</i>	563 563

### PARTE III

1. O conceito de insumo para fins de apuração do PIS e COFINS não-cumulativos: a prova acerca da essencialidade e relevância diante do RESP n. 1.221.170 <i>Tatiana Josefovicz Belisário</i>	581
2. Eficácia probatória dos créditos de insumos de PIS e COFINS: perspectiva de aplicação do REsp 1.221.170 – PR e Parecer Normativo do RFB/COSIT nº 5 aos processos administrativos pendentes de julgamento <i>Semíramis de Oliveira Duro</i>	603
3. Da eficiência probatória nas operações entre empresas interligadas à luz da jurisprudência do CARF: IPI (valor tributável mínimo) <i>Maria Eduarda Alencar Câmara Simões</i>	629
4. A prova na interposição fraudulenta <i>Rodrigo Mineiro Fernandes</i>	651 651

5. A teoria dos frutos da árvore envenenada na jurisprudência do CARF  
*Hélcio Lafetá Reis* 675
6. O subfaturamento e a valoração aduaneira: os requisitos probatórios do lançamento fiscal sob a ótica da jurisprudência do CARF  
*Paulo Roberto Duarte Moreira* 697
7. Regime aduaneiro especial de drawback: a prova sobre o cumprimento dos requisitos legais e a vinculação física das mercadorias do drawback/suspensão  
*Liziane Angelotti Metra* 715
8. A valoração da prova no processo administrativo para classificação fiscal de mercadorias  
*Salvador Cândido Brandão Junior* 743
9. A controvérsia acerca da artificialidade da bipartição contratual na área de petróleo no âmbito do CARF  
*Marcelo Costa Marques d'Oliveira* 765
10. Questões controvertidas envolvendo a tributação pelo IOF: operações de adiantamento para futuro aumento de capital e operações de conta corrente  
*Tatiana Midori Migiyama / Vanessa Marini Ceconello* 783
11. A atribuição de responsabilidade por interesse comum nos termos do art. 124, I, do CTN: análise na hipótese de acusação de grupo econômico  
*Diego Diniz Ribeiro / Carlos Augusto Daniel Neto* 807
12. O procedimento administrativo de restituição e compensação: comprovação e mensuração do crédito tributário reconhecido por decisão judicial  
*Marcelo Giovanni Vietra* 827